

O SISTEMA SESMARIAL NO IMPÉRIO ATLÂNTICO PORTUGUÊS

Organização

Carmen Margarida Oliveira Alveal

Doutora em História pela Johns Hopkins University (JHU)
Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq – Nível 2
Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
carmen.alveal@ufrn.br
<https://orcid.org/0000-0002-1202-0231>

Nauk Maria de Jesus

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD)
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
naukjesus@ufgd.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-5991-8647>

A ideia de realizar um dossiê que tivesse como foco a instituição das sesmarias foi a de mostrar como ainda os estudos sobre o tema estão muito atrelados à visão das sesmarias como mercês, em contextos locais reduzidos a análises em que faltam estudos de redes. As sesmarias, como propriedades condicionadas, levaram a inúmeras situações em que agentes coloniais tiveram dificuldades de solucionar, mas, certamente, muitos deles aproveitaram-se da realidade para fazer uso do sistema sesmarial no jogo político.

As sesmarias é tema da área do direito desde as décadas de 1950 e 1960, com os estudos de Ruy Cirne Lima (1954), e Costa Porto (1965). Décadas depois, a socióloga Lígia Osorio Silva (1996) publicou sua tese de doutorado intitulada *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. A primeira historiadora a ter como foco a questão agrária em torno da Lei de Terras, mas que se dedicou ao problema agrário retornando no tempo para analisar as sesmarias, foi Márcia Maria Menendes Motta, com sua tese defendida em 1996 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX* –, posteriormente transformada em livro (MOTTA, 1998). Depois, dissertações e teses defendidas em diversas áreas foram publicadas, como de Laura Beck Varela (2001 / 2005), Erivaldo Fagundes Neves (2003 / 2005), Helen Osório (1999 / 2007), Nelson Nozoe (2008), Gert Schinke (2022), Carmen Alveal (2007 / 2022), entre outros.

Apesar dessas publicações, ainda há muito o que se estudar e analisar. São poucos os estudos comparativos em relação às diferentes temporalidades e, principalmente, geográficas, o que lança algumas questões. Teria o instituto das sesmarias sido aplicado igualmente em todas as capitanias? Na região mineira, incluindo as capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, qual o impacto do conjunto de regimentos específicos para as terras minerais no sistema de sesmarias? Como os indígenas utilizaram-se dessa estratégia para garantir algum quinhão de terra diante do avanço dos conquistadores?

Questões como essas justificam a organização da PLATAFORMA SILB (*Sesmarias do Império Luso-brasileiro*), um banco de dados no qual fazem parte as duas organizadoras deste dossiê (PLATAFORMA SILB, 2020) e aberto a novos colaboradores.¹ Até o momento, não houve um levantamento completo de quantas sesmarias teriam sido concedidas na América

¹ A PLATAFORMA SILB (*Sesmarias do Império Luso-Brasileiro*) é um banco de dados que articula pesquisadores de várias universidades dedicados à questão agrária do Brasil. A plataforma oferece dados e informações de sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa no mundo atlântico e de milhares de cartas de sesmarias concedidas por governadores, capitães-mores e por confirmação régia. Ver: <http://plataformasilb.cchla.ufrn.br/>.

portuguesa, nem quanto foram confirmadas em Lisboa. Aliás, às vezes, ainda se encontram trabalhos em que não se identificam diferenças entre o que foi concedido localmente e o que foi confirmado pelo rei ou pela rainha. Enfim, há muito o que se fazer e o presente dossiê é uma primeira tentativa de sistematizar estudos que tratam de sesmarias.

Nele, apresentamos a entrevista com a professora Márcia Maria Menendes Motta, referência no Brasil e no exterior em pesquisas sobre história agrária. A historiadora aborda a sua trajetória acadêmica, a importância dos estudos sobre as sesmarias e a historiografia do tema.

Já os artigos que compõem o dossiê permitem compreender, por meio de estudos de caso, as diversas experiências nas capitanias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Rio Grande e Pará, assim como reconhecer os documentos percorridos pelos autores para a elucidação do instituto das sesmarias na América portuguesa.

Hal Langfur, em seu artigo *Informantes nativos e os limites do domínio português no Brasil colonial tardio*, publicado originalmente como capítulo da coletânea *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World* (2019), e agora traduzido no Brasil, em português, para a *Fronteiras: Revista de História*, concentra a análise nas capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o objetivo de demonstrar como os indígenas definiram, em grande parte, os limites do poder dos agentes da Coroa portuguesa enquanto asseguravam sua própria sobrevivência e independência.

Com foco na capitania do Espírito Santo, Adriana Pereira Campos e Laryssa da Silva Machado, no artigo *Dádivas aos conquistadores: sesmarias na fronteira sul da capitania do Espírito Santo*, discutem a formação de uma elite no processo de obtenção de sesmarias na ocupação da região sul da capitania. Ana Lunara da Silva Moraes, em *Acumulação e manutenção patrimonial da família Albuquerque Maranhão na capitania do Rio Grande: engenhos de cana-de-açúcar e sesmarias (do século XVII ao XIX)*, apresenta uma pesquisa que analisou o acúmulo de um vasto patrimônio pelos Albuquerque Maranhão na capitania do Rio Grande, demonstrando como a dinamização de suas atividades econômicas, de modo complexo e multifacetado, foram fundamentais para a perpetuação de uma antiga estirpe. No artigo *Sesmarias e sesmeiros: a distribuição e o beneficiamento de terras na Amazônia colonial*, João Antônio Fonseca Lacerda Lima e Marília Cunha Imbiriba dos Santos evidenciam nuances da distribuição e beneficiamento de terras em uma espacialidade específica sem perder de vista as demandas globais, o que não significa

incorrer no equívoco de pensar a Amazônia colonial pela perspectiva de um modelo de experiência açucareira do Atlântico Sul.

Por sua vez, Sylvia Brandão Ramalho de Brito, em *A sujeição política das terras do rio Paraíba: de uma sesmaria em uma capitania privada para uma capitania Régia*, discute as peculiaridades da configuração política da capitania da Paraíba, umbilicalmente ligada à capitania de Itamaracá e sujeita aos interesses de sucessores das terras do rio Paraíba, originalmente pertencentes à Pero Lopes de Sousa. Em diálogo com a história e geografia, no artigo *A transformação do espaço de Minas Gerais: análise do sistema sesmarial a partir de períodos (1701-1786)*, Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa e José Flávio Morais Castro apresentam uma análise da formação do espaço mineiro a partir da concessão de sesmarias em pouco mais de um século. Por fim, Samir Lola Roland, em *Sesmarias, fazendas e vilas: a consolidação da ocupação pela pecuária nos sertões do Maranhão e Piauí (1750-1777)*, tem como objetivo compreender a pecuária na região durante o período pombalino, quando no espaço já estavam constituídas diversas fazendas de gado espalhadas por margens de rios, riachos, lagoas ou próximas às serras e olhos d'água.

Apesar de ainda se manterem atrelados a uma visão geográfica restrita aos estados atuais, estes estudos contribuem para entender diversas situações em que as sesmarias foram instrumentos de acesso à terra, de garantia à produção agrária ou pecuarista, ou mesmo de definição de territórios. Embora em alguns momentos ainda se tenha a visão de culpabilidade do sistema sesmarial pelas origens do latifúndio no Brasil, ao que Vera Lúcia Amaral Ferlini (1997) já explicou se tratar de um fenômeno do século XIX, os artigos do presente dossiê ampliam as possibilidades de estudos que utilizem as sesmarias como fonte de análise.

Esperamos que os leitores apreciem.

Referências

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Senhorios Coloniais. Direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa*. Niterói: Proprietas, 2022.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *As mudanças da terra: estrutura fundiárias, propriedades e mão-de-obra na transição colonial (1780-1830)*. In. *IV Brazilian Studies Association*, Washington D.C, 1997.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1954.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador / Feira de Santana: UFBA / UEFS, 2005.

NOZOE, Nelson. *A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo*. Tese (Livre-docência), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PORTO, Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

SCHINKE, Gert. *O poder e a terra: 500 anos de concessões de terras públicas em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2022

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996.

VARELA, Laura Beck. *Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.